

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)

PROJETO DE LEI nº 171, DE 2015

Altera os limites da Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim, criada pelo Decreto nº 528, de 20 de maio de 1992.

Autor: Deputado Rogério Peninha Mendonça

Relator: Deputado Valdir Colatto

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO SARNEY FILHO

O Projeto de Lei altera os limites de uma Área de Proteção Ambiental (APA), a de Anhatomirim, criada pelo Decreto nº 528, de 20 de maio de 1992.

A APA de Anhatomirim foi criada com o objetivo de proteger a população residente do boto Sotalia fluviatilis, a Mata Atlântica, os recursos hídricos e as comunidades de pescadores artesanais.

A importância dessa área especialmente protegida deve-se à ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, a sua abrangência em região marinha, à inserção na Mata Atlântica, bioma hotspot, e à presença de populações tradicionais.

Nos termos do decreto de criação da APA, as seguintes atividades são proibidas:

“Decreto 528/1992

.....

.....

Art. 4º. Na APA do Anhatomirim ficam proibidos:

I - a implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, capazes de afetar mananciais de água;

II - a realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais, principalmente das Zonas de Vida

Silvestre;

III - o exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão ou assoreamento das coleções hídricas;

IV - o exercício de atividades que impliquem em matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional principalmente do golfinho **Sotalia fluviatilis** ;

V - a prática de esportes náuticos com o uso de embarcações a motor;

VI - o despejo, no mar e nos cursos d'água abrangidos pela APA, de quaisquer efluentes, resíduos ou detritos;

VII - a retirada de areia e material rochoso, ou a realização de construções de quaisquer natureza, nos terrenos de marinha e acrescidos;

VIII - a prática da pesca amadorista.

§1º A implantação de loteamentos e/ou projetos de urbanização no interior da APA do Anhatomirim, além do cumprimento das normas municipais e estaduais cabíveis, dependerá de licenciamento prévio do IBAMA, mediante a aprovação de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) referente ao empreendimento.

§ 2º Visando a ordenar as atividades de pesca que possam afetar a APA do Anhatomirim, o IBAMA determinará, mediante ato normativo específico, as restrições ou proibições de artefatos, métodos e temporadas, bem como indicará as zonas de restrição que se fizerem necessárias à proteção dos golfinhos **Sotalia fluviatilis** e à conservação dos recursos pesqueiros.

§ 3º Poderá o IBAMA, ainda propor regulamentação do tráfego de embarcações turísticas no interior da APA, visando evitar o molestamento dos golfinhos **Sotalia fluviatilis** e de outros componentes da fauna marinha e costeira.”

Por outro lado, a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) divide essas Unidades de Conservação em dois grupos (art. 7º):

- Unidades de Proteção Integral
- Unidades de Uso Sustentável, entre as quais estão incluídas as APAs.

Conforme a Lei, “o objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”.

Já o art. 15 da Lei 9.985/00 define Área de Proteção Ambiental:

“

Art. 15. A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

§ 1º A Área de Proteção Ambiental é constituída por terras públicas ou privadas.

§ 2º Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma área de Proteção Ambiental.

§ 3º As condições para a realização de pesquisa científica e visitação pública nas áreas sobre domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade.

§ 4º Nas áreas sob propriedade privada, cabe ao proprietário estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público, observadas a exigência e restrição legal.

§ 5º A Área de Produção Ambiental disporá de um Conselho presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.”

Assim, nada há, nem na lei, nem no Decreto que criou a APA em questão, que impeça a existência de aglomerações urbanas.

O autor da proposição diz, em sua justificação:

“Após a criação da APA do Anhatomirim, nos termos do Decreto Federal nº 528, de 20 de maio de 1992, a vida dos residentes da Costeira da Armação tem sido de dificuldades por absoluta indisponibilidade dos quintais de suas casas, já que não mais podem limpar ou organizá-los, sem que daí decorra prejuízos econômicos, na forma de pesadas multas impostas pelo ICMBio, que por vezes causa irreparáveis danos morais, na forma de constrangimentos ilegais, e abuso de autoridade.”

Se esses fatos são reais, não há necessidade alguma de retirar a área urbana do perímetro da APA. É muito mais pertinente o registro de queixa e abertura de processo contra o ICMBio, já que a legislação garante os direitos da população contra constrangimentos e abusos de autoridade, cabendo reparação no âmbito administrativo e penal. Além disso, uma vez que a APA conta com Conselho Gestor ativo e funcionando, essas queixas deveriam ter sido tratadas também pelo Conselho. Não há, até o momento, nenhum registro de denúncia de abuso de autoridade nem junto ao Conselho Gestor, nem junto aos órgãos competentes.

Assim, não há justificativas reais para a proposta, que é tecnicamente imprópria. Além disso, essa proposta acarreta prejuízo ambiental a toda sociedade brasileira, nos termos do art. 225, da Constituição Federal:

“Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Cabe à CMADS avaliar propostas legislativas do ponto de vista ambiental e, desse ponto de vista, a presente proposição é totalmente danosa à preservação ambiental.

Assim, votamos pela rejeição do parecer do Relator ao PL 171/15 no âmbito da CMADS.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2015.

Deputado SARNEY FILHO

PV/MA